



VII Simpósio Nacional de História Cultural
**HISTÓRIA CULTURAL: ESCRITAS, CIRCULAÇÃO,
LEITURAS E RECEPÇÕES**

Universidade de São Paulo - USP

São Paulo - SP

10 e 14 de Novembro de 2014

**COMITÉ DU VIEIL ALGER:
FUNDAÇÃO DA TRADIÇÃO ARQUITETÔNICA E PATRIMONIAL
ARGELINA (1905)**

Aline Martins Martello*

Numa segunda-feira, mais precisamente o dia 17 de março de 2014, a agência de informações argelina, a Algérie Presse Service, publicou uma reportagem sobre as escavações arqueológicas na então Place des Martyrs, no centro de Argel, capital da Argélia¹. Segundo o texto, as buscas arqueológicas foram motivadas pela construção da estação-museu do metrô de Argel. Assim, os repórteres enumeram algumas descobertas feitas quando das escavações. Uma delas diz respeito à descoberta de restos de uma sala de oração, de um átrio e da base de um minarete da mesquita *El Sayida*. A informação mais importante do texto, no entanto, vem a seguir: a mesquita, cuja data é anterior ao Século XVI, foi destruída em 1832.

A história da dominação francesa na Argélia se caracterizou, em diversos prismas, pelo uso intenso da violência em suas mais variadas formas (psicológica, física, etc.). Com a invasão à Argélia, em 1830, a violência aos símbolos da sociedade de Argel

* Aluna de mestrado do Programa de Pós-Graduação em História Social (PPGHIS) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Orientada pelo professor Murilo Sebe Bon Meihy, é bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). alinemartello@gmail.com

¹ ALGÉRIE PRESSE SERVICE, Archéologie: 1500 ans d'histoire d'Alger dévoilés à la Place des Martyrs, 17 mar. 2014. Disponível em: < <http://www.aps.dz/culture/3050-arch%C3%A9ologie-1500-ans-d-histoire-d-alger-d%C3%A9voil%C3%A9s-%C3%A0-la-place-des-martyrs> >. Acesso em 28 de jun. 2014.

não foi poupada. Diversas mesquitas foram destruídas, ou ainda, modificadas arquitetonicamente. Uma delas, a mesquita de Ketchaoua, foi interdita ao culto islâmico em 1832 e, ao longo do Século XIX, sua estrutura física e seu equipamento mobiliário são transformados para abrigar a fé católica do colonizador. Dito isso, não é possível pensar a história da dominação sob a Argélia sem relacioná-la à história francesa, sobretudo no que diz respeito à criação do campo do patrimônio em ambos os lados do Mediterrâneo.

Mas, por enquanto, detenhamo-nos um pouco mais nas mesquitas, sobretudo a Ketchaoua: não se sabe ao certo qual a data de construção da mesquita, mas, em 1612, são compilados documentos de um Cadi já indicando sua existência². Modificada a pedidos do dey Mohammed Hasan Pasha a partir de 1794, Ketchaoua manteve a mesma estrutura até 1832, quando o governo francês decretou a criação de um lugar de culto cristão no centro de Alger. A partir daí se inicia a alteração do edifício para se transformar na Catedral Saint-Phillippe. Até 1962, o edifício cumpriu sua função como local de culto cristão e, com a independência da Argélia, ela foi novamente transformada em mesquita. Em 2008, para a realização de trabalhos de reforço dos minaretes e de restauro, a mesquita foi fechada e assim se mantém até 2013, data da assinatura de acordo entre Turquia e Argélia para restauro do edifício.

Porém, é necessário fazer aqui uma observação: a modificação da mesquita não foi um ato isolado do governo francês para demonstrar seu poder de força; ela fez parte de diversas medidas visando à criação, regulamentação e institucionalização do patrimônio. Portanto, o que ocorre no Século XIX, tanto na França quanto na Argélia, é a criação de uma consciência patrimonial e, nesse sentido, da instituição das primeiras medidas legais visando à preservação e à conservação dos bens patrimonializados. Na Argélia, a institucionalização do patrimônio é trazida junto da dominação colonial e, com a fundação em 1905 do Comité do Vieil Alger, delineia-se a política patrimonial para a Argélia, elegendo o estilo neomourisco como grande símbolo da arquitetura argelina.

² Cadi é um juiz muçulmano. NEDJARI, Samir. Conversion des lieux de cultes à Alger du XVIII^e au XX^e siècle : cas de la mosquée/cathédrale Ketchaoua. 2012. Dissertação (Mestrado) – Université Paris I Panthéon Sorbonne.

A NOÇÃO DE PATRIMÔNIO DE FINS DO SÉCULO XIX E INÍCIO DO SÉCULO XX

Num sentido banal, o patrimônio pode ser definido como a herança a qual constatamos a presença em nosso entorno, mas que requer nossa intervenção voluntária para garantir sua preservação. Porém, podemos expandir ainda mais nosso entendimento sobre o patrimônio: a) ele define um estado legítimo de objetos ou monumentos, conservados e/ou restaurados, ou ainda, como alvo de políticas de restauro e conservação a serem colocadas em prática; b) objetos e monumentos que respondem a determinado valor estético e documental e, às vezes, a um valor sentimental, esse último podendo ser sancionado por opinião pública e senso comum. Mas, uma concepção de patrimônio bastante interessante para pensarmos é considera-lo como a fundação de uma representação da civilização, no seio do jogo complexo das sensibilidades em relação ao passado, de suas apropriações concorrentes e de uma construção frequentemente conflituosa. O patrimônio encarna, tal como afirma Dominique Poulot, a “vertu” genealógica, a utilidade pedagógica e o atributo da identidade, cada qual com vicissitudes diversas³. Em resumo: refletir sobre o patrimônio é também refletir sobre as formas sociais de culturalização do tempo, é pensar sobre as produções de sentido para a passagem do tempo⁴. Para isso, não se pode deixar de considerar o regime de historicidade da época, tal como o quis François Hartog: há de se pensar que as sociedades criam formas específicas para conceber e se relacionar com o tempo e o seu devir⁵.

A concepção de patrimônio tal como descrita acima é contemporânea. E, para compreendermos o processo de patrimonialização em fins do Século XIX e início do XX na Argélia, precisamos entender como os elaboradores das políticas do patrimônio o entendiam em sua contemporaneidade. Afinal, são eles os participantes dos debates e

³ POULOT, Dominique. Le patrimoine et les aventures de la modernité IN Patrimoine et modernité. Colléction Chemins de la mémoire. Paris : l’Harmattan, 1998, pp. 7-67.

⁴ SALGADO GUIMARÃES, Manoel Luiz. História, Memória e Patrimônio IN BARBOSA DE OLIVEIRA, Antonio José (org.). Universidade e lugares de memória. Rio de Janeiro: Fórum de Ciência e Cultura; Sistema de Bibliotecas e Informação, 2008, pp.17-40.

⁵ Portanto, quando pensamos no patrimônio do Século XIX, podemos descartar de imediato a noção de participação ativa e voluntária dos cidadãos para mantê-lo, uma vez que essa noção só se torna realidade a partir dos anos 1980, com a “explosão do patrimônio” e as primeiras discussões acerca do que viria a se chamar Patrimônio Cultural Imaterial. Cf. HARTOG, François. Régimes d’historicité. Présentisme et expérience du temps. Paris : Seuil, 2003.

rodas de discussão em torno do patrimônio argelino dentro do Comité du Vieil Alger, instituição que norteará a política patrimonial argelina à época a partir de 1905.

Assim, é preciso considerar que, no Século XIX, o campo de saber histórico enquanto disciplina estava em plena formação, calcado por uma lógica positivista que primava pela objetividade, sobretudo no que tange o trato de documentos; a história era “mestre da vida”. Para Babelon e Chastel⁶, ao longo do Século XIX coexistiram duas visões sobre o patrimônio: a do monumento triunfante e a do pitoresco, uma carregada de um sentimento de nostalgia poética e a outra respondendo à exaltação do presente. Essa exaltação devia-se à busca da elaboração de uma narrativa nacional, e os objetos patrimonializados além de servirem à formação de alunos nas artes e à fruição da população, dariam também uma espécie de existência ao passado. Assim, a patrimonialização se torna um debate de administração pública: discute-se o deslocamento de bens, sobretudo de colunatas arquitetônicas, e o combate ao vandalismo, o qual terá como porta voz principal Victor Hugo.

Em 1830, é criado o cargo de Inspetor Geral dos Monumentos Históricos, vinculado ao Ministério do Interior e cujo primeiro titular será François Guizot. Sob seus auspícios terão início as primeiras catalogações de bens que necessitavam intervenção e proteção. Em 1837, já com a Comissão dos Monumentos Históricos criada, Guizot convocava, a partir de circulares, a todos os governadores de departamentos a recensar os bens de sua região. No entanto, cada departamento elegia seus próprios critérios para a escolha de um bem a ser preservado, o que demonstra a concepção de patrimônio ainda em formação, ainda em processo. A gestação de um sentimento patrimonial e nacional foi longa e dramática. “O sentido do patrimônio, quer dizer, de uma herança artística e monumental na qual podemos nos reconhecer, estava ainda longe de se definir na sociedade francesa⁷.” Tem-se aqui, talvez, a primeira noção de classificação patrimonial.

Ainda em 1830, a França desembarca na Argélia no mesmo ano e inicia seu processo de domínio territorial. E não demorará muito para que sejam organizadas as primeiras missões de escavações arqueológicas e inventário monumental. Aliás, grande parte dessas missões contribuiu para que o exército francês avançasse cada vez mais para o interior da Argélia: os monumentos, metropolitanos e coloniais, servirão de traço de

⁶ BABELON, Jean-Pierre; CHASTEL, André. La notion de patrimoine. Paris : Liana Levi, 1994.

⁷ BABELON, Jean-Pierre; CHASTEL, André. La notion de patrimoine. Paris : Liana Levi, 1994, p. 70.

referência para a elaboração do conceito de patrimônio. Desde os primeiros anos de ocupação, diversas foram as incursões para catalogação desses monumentos, mas é somente em 1840 que uma missão de arquitetos terá impacto na metrópole. Comandada por Amable Ravoisié, a *Exploration Scientifique de l'Algérie*, que durou até 1842, foi a primeira grande missão que possuiu como tarefa efetuar um inventário metódico do país sob diversos aspectos. Os desenhos dos arquitetos, na verdade, representam um recurso importante para revelar o impacto de uma visão francesa sob uma nova colônia, e as transferências de métodos em matéria de conservação de monumentos⁸.

Grande parte das pranchas de publicação de Ravoisié concentrou-se na consagração de monumentos antigos da Argélia: templos, arcos de triunfo, portais, teatros, anfiteatros, termas, circos, hipódromos, pontes, aquedutos (Figura I). A arquitetura árabe foi pouco representada e, especificamente na Argélia, ela não apresentava toda a sua grandiosidade, ao contrário do Cairo e dos territórios do Levante⁹.



Figura I: Arco do triunfo de Carcalla, Djemila. A. Ravoisié. Ver: Oulebsir, **Les usages du patrimoine**, p.65.

A segunda grande missão será comandada pelo arquiteto Edmond Duthoit, que se interessará pela arte mourisca desde sua primeira missão na Argélia, sobretudo das

⁸ OULEBSIR, Nabila. La découverte des monuments de l'Algérie. Les missions d'Amable Ravoisié et d'Edmond Duthoit (1840-1880), *Revue du monde musulman et de la méditerranée*, N° 73-74, 1994, pp. 57-76.

⁹ OULEBSIR, Nabila. La découverte des monuments de l'Algérie. Les missions d'Amable Ravoisié et d'Edmond Duthoit (1840-1880), *Revue du monde musulman et de la méditerranée*, N° 73-74, 1994, p. 65

edificações das cidades de Tlemcen e de Argel (Figura II). Enviado em 1872, Duthoit foi responsabilizado por seu supervisor, o arquiteto Emile Boeswillwald, de apresentar monumentos árabes oferecendo algum interesse, reconhecer seus estados de conservação e decidir sobre as restaurações prioritárias a serem realizadas. Viajando entre os departamentos de Argel e Oran, Duthoit será nomeado pelo ministro da instrução pública e de belas-artes Arquiteto-chefe dos monumentos históricos da Argélia, primeiro posto criado nessa colônia em 1880.

Foi necessário esperar quase cinquenta anos para que fosse promulgada a lei para a conservação dos monumentos e objetos de arte possuindo um interesse histórico ou artístico. Datada de 30 de março de 1887, seu artigo primeiro estabelece que

os imóveis por natureza ou por destinação cuja conservação possa ter, do ponto de vista da história ou da arte, um interesse nacional, serão classificadas em totalidade ou em parte pelos cuidados do ministro da instrução pública e das belas-artes¹⁰.

Após o estabelecimento de diretrizes acerca dos bens públicos e privados e sua regulamentação, consta na lei uma lista dos bens imóveis e móveis de cada departamento francês a ser monumentalizado, isso é, esses monumentos passam a dispor de proteção de uso e restauro. A partir dessa data, os monumentos móveis e imóveis da colônia argelina também passam a ser protegidos. Em relação especificamente à Argélia, qualquer que fosse o monumento – objetos de arte ou arqueologia, edifícios, mosaicos, esculturas, estátuas, medalhas, vasos, colunas e inscrições – que pudesse existir em imóveis pertencentes ao Estado ou com seu uso concedido por este a particulares ou instituições públicas, incluindo-se os campos militares, pertenceriam ao Estado francês.



História Cultural

¹⁰ FRANÇA. Lei para a conservação dos monumentos e objetos de arte possuindo um interesse histórico e artístico, de 30 de março de 1887. Disponível em: < www.gallica.bnf.fr >. Acesso em 08 jun. 2014.

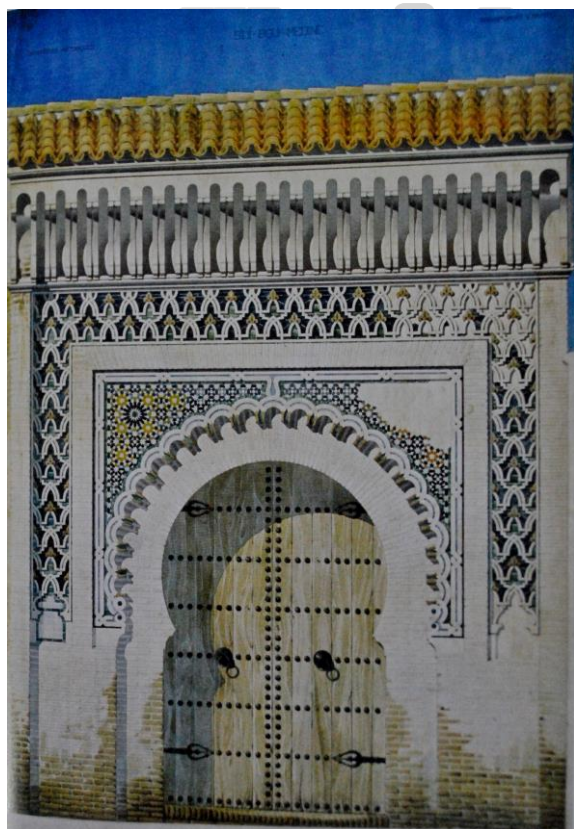


Figura II: Porta da Médersa Sidi bou-Médien, Ele-Eubbab, arredores de Tlemcen. Duthoit, 1872. Ver: Oulebsir, *Les usages du patrimoine*, p. 173.

Apesar das medidas adotadas pelo poder colonial, o rastro de destruição foi vasto. A fundação do *Comité du Vieil Alger* produziu uma série de trabalhos cuja análise permitia retrair, partindo da escala da cidade de Argel para todo o território da Argélia, a história de uma tomada de consciência francesa com respeito ao patrimônio arquitetônico desse país. A definição de patrimônio da Argélia caminhou do reconhecimento dos monumentos antigos para, em seguida, o reconhecimento dos monumentos árabes. A criação desse comitê no início do Século XX resume o conjunto de práticas conservadoras adotadas na Argélia durante o Século XIX.

O COMITE DU VIEIL ALGER

Não é possível comentar sobre a fundação do Comité du Vieil Alger sem antes pensar nos processos de transformação urbana pelos quais a cidade de Argel passava desde a década de 1850. A concepção de uma nova imagem urbana de Argel começa a se esboçar através de projetos de grande envergadura. Esse processo atinge o ápice em fins da década de 1890 e a virada para o novo século, sobretudo com a criação de novas instituições artísticas e científicas, a organização de grandes exposições e congressos internacionais. A partir de 1900, a Argélia adquire autonomia financeira em relação à

França. Assim, a produção arquitetônica não fica para trás: desenvolvida pelo governo geral, inscreve-se uma vontade de descentralização e de construção de uma identidade que se distinga daquela da metrópole.

Por essa razão, grupos de vigilância do patrimônio se organizam nas principais cidades, sobretudo em Alger. Da mesma maneira, o crescimento de instituições científicas fez com que o problema das artes fosse objeto de amplos debates. Assim, ganhou destaque a *École Supérieure de lettres d'Alger* (Escola Superior de Letras de Argel), cuja missão era alcançar um bom conhecimento da Argélia da antiguidade até a conquista francesa, estudar a história, mas também a vida cotidiana, as crenças, as línguas das populações que se sucederam e se instalaram em solo argelino. Esse papel especial dedicado à Escola superior de Letras institucionaliza o saber elaborado desde o início da conquista pela exploração científica da Argélia e a ação de sociedades *savantes*, cujo saber ganha uma conotação local em fins do século XIX, através da multiplicação dos estudos árabes e berberes¹¹.

Assim, o cenário para a fundação de uma sociedade para proteção e vigilância do patrimônio não poderia ser mais favorável. Em 1905, um grupo composto por artistas, jornalistas e outros notáveis, sensíveis à Argel antiga, criam um comitê de vigilância para a conservação dos restos mouriscos na cidade. Funda-se então o Comité du Vieil Alger, que

[...] desenvolve um papel considerável na definição do patrimônio arquitetônico da cidade *algéroise*, tanto quanto na difusão de uma imagem conforme as preocupações das elites políticas.¹²

As primeiras adesões do comitê foram de arquitetos, jornalistas e, sobretudo, de quadros da administração, principalmente para compor cargos de direção e tesouraria. A ação dessa instituição concentrou-se em duas grandes frentes: a primeira de redigir monografias dos mais célebres trabalhos de estilo mourisco da cidade de Argel, com o intuito de conservar e proteger os edifícios da parte antiga da cidade e formar determinado saber sobre Alger; e a segunda de fundar e difundir os cânones estéticos do estilo

¹¹ OULEBSIR, Nabila. Les usages du patrimoine. Monuments, musées et politique coloniale en Algérie. Paris : Éditions de la Maison des sciences de l'homme, 2004, p.238.

¹² Tradução livre de “[...] le Comité du Vieil Alger joue un rôle considérable dans la définition du patrimoine architectural de la cité algéroise, ainsi que dans la diffusion d'une image conforme aux préoccupations des élites politiques”. *Idem*, p. 240.

neomourisco¹³. Grande parte desses estudos foi veiculada através da imprensa, sobretudo através do jornal *La Dépêche Algérienne* (Figura III), cuja própria sede havia sido construída em estilo neomourisco.

A importância desse comitê, no entanto, está na invenção de uma tradição, cujo principal símbolo foi o estilo arquitetônico neomourisco, com o objetivo de reparar a espoliação e destruição causada pela colonização durante o Século XIX. Sua criação intervém no momento em que a administração colonial decide adotar uma nova política com respeito aos signos do passado argelino. Favorável às instituições artísticas e, particularmente, à arte *indigène*, essa política obedece a uma vontade de construção de uma tradição nova, onde a relação com o local se manifesta por um uso exótico de linhas e formas¹⁴. Assim, o que ocorre é a escrita de uma história de ancestrais franceses que se estabeleceram na Argélia.



Figura III: Projetado por Henri Petit e inaugurado em 1906, o edifício serviu de sede para o jornal *La Dépêche Algérienne*. Hoje abriga o *Rassemblement Démocratique National*. Disponível em: < <http://mutual-heritage.crevilles-dev.org/>>. Acesso em 06 nov. 2014.

Com todas as transformações culturais e urbanísticas pelas quais passava a cidade de Argel, essa nova tradição fundia passado em presente: eles são projetados simultaneamente no interior de uma mesma imagem, a de uma cidade preocupada com suas tradições e também orientada para o progresso. Portanto, olhar e analisar o estilo neomourisco como uma apropriação orientalista¹⁵ dos elementos da arquitetura mourisca,

¹³ O estilo neomourisco seria a reconciliação do Oriente com o Ocidente, reivindicando uma filiação à Espanha muçulmana, o qual empresta do passado árabe – idealizado – elementos ditos símbolos de sua arte, como os mosaicos, as cores e a abundância de elementos decorativos.

¹⁴ OULBESIR, Nabila. *L'invention de la tradition: les travaux du Comité du Vieil Alger (1905-1930)* IN POULOT, Dominique (org.). *Patrimoine et Modernité*. Paris : l'Hamarttan, 1998, pp.211-224.

¹⁵ Refiro-me aqui à noção de orientalismo cunhada por Edward Said, entendendo-o como uma prática cultural voluntária que legitima a política imperial das potências europeias. A cultura é posta a serviço da política.

fundindo-os com diversos elementos não somente das artes muçulmanas como um todo, mas, sobretudo, com o que os colonizadores consideram ser a arte *indigène*.

Por fim, vale sublinhar que a lógica que subentende o discurso patrimonial anunciado pelas diferentes instâncias da época é um discurso que privilegia a definição de uma tradição *algéroise* nova, projetando edifícios públicos cujas formas lembram formas arquitetônicas francesas antigas. Assim, a atividade do Comité du Vieil Alger, ao se encaixar perfeitamente nesse discurso, contribui ainda mais para o sucesso do discurso colonial.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Emergindo de solos similares aos da história, o campo do patrimônio, resultado de uma produção marcada historicamente, só se torna o que é e ganha a importância que tem devido à razão patrimonial que constrói. Essa razão patrimonial, ou seja, o ato de escolher o que deve receber o título de patrimônio, é um ato consciente de escolha de um conjunto de obras ou saberes a serem patrimonializados. Essa seleção obedece aos critérios estabelecidos pelo grupo que as escolhe. Assim, cabe a esse grupo também o estabelecimento da retórica da perda, ou seja, quais obras serão esquecidas¹⁶. Logo, é preciso perceber quais são os atores que determinam o que deve ou não ascender à categoria de patrimônio bem como quais critérios utilizam para tal e, assim, ganharem nova visibilidade¹⁷. Em resumo, a noção patrimonial é fundada a partir de uma lógica dialética: a conservação e a destruição. Entendendo essa concepção como um consenso, no caso argelino, os elementos dessa relação dialética foram construídos, nos limiares do Século XX, pelo Comité du Vieil Alger, uma visão orientalista do que deveria ser o passado argelino.

O patrimônio, assim, é mais um elemento do mundo oitocentista buscando construir sua nação, criar sua narrativa de legitimação bem como forjar uma memória nacional e, assim, legitimar sua política no seu presente. Essa memória coletiva, construída a partir de rastros, é um jogo de lutas sociais pelo poder: ela não é apenas uma conquista, ela é um instrumento e um objetivo de poder por se tratar de um elemento

¹⁶ POULOT, Dominique. Une histoire du patrimoine en Occident. Paris : PUF, 2006.

¹⁷ SALGADO GUIMARÃES, Manoel Luiz, *op. cit.*, p. 29.

essencial da identidade, seja ela individual ou coletiva¹⁸. Os lugares de memória¹⁹ permitem, então, evidenciar disputas pelo seu uso e, mais do que isso, o poder que seu uso confere às identidades. O patrimônio, de uma maneira geral, se tornou o dispositivo para moldar uma tradição, uma memória e uma identidade comuns.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BABELON, Jean-Pierre; CHASTEL, André. **La notion de patrimoine**. Paris : Liana Levi, 1994.

LE GOFF, J. Memória. **Enciclopédia Einaudi**. Porto: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1984, pp. 11-50.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas: Editora Unicamp, 2003.

NEDJARI, Samir. **Conversion des lieux de cultes à Alger du XVIII^e au XX^e siècle : cas de la mosquée/cathédrale Ketchaoua**. 2012. Dissertação (Mestrado) – Université Paris I-Panthéon Sorbonne.

NORA, P. Entre Mémoire et Histoire. La problématique des lieux. NORA, P. (org.) **Les lieux de mémoire. Volume 1 : La République**. Paris : Gallimard, 1984, pp. XVII-XLII.

ORIF, Mustapha. De l'art indigène à l'art algérien, **Actes de la recherche en sciences sociales**, Vol. 75, novembro, 1988, pp. 35-49.

OULEBSIR, Nabila. La découverte des monuments de l'Algérie. Les missions d'Amable Ravoisié et d'Edmond Duthoit (1840-1880), **Revue du monde musulman et de la méditerranée**, N° 73-74, 1994, pp. 57-76.

OULEBSIR, Nabila. **Les usages du patrimoine. Monuments, musées et politique coloniale en Algérie**. Paris : Éditions de la Maison des sciences de l'homme, 2004.

POULOT, Dominique (org.). **Patrimoine et modernité**. Colléction Chemins de la mémoire. Paris : l'Harmattan, 1998.

POULOT, Dominique. **Une histoire du patrimoine en Occident**. Paris : PUF, 2006.

SALGADO GUIMARÃES, Manoel Luiz. História, Memória e Patrimônio. IN BARBOSA DE OLIVEIRA, Antonio José (org.). **Universidade e lugares de memória**.

¹⁸ LE GOFF, J. Memória. Enciclopédia Einaudi. Porto: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1984, pp. 11-50.

¹⁹ NORA, P. Entre Mémoire et Histoire. La problématique des lieux. NORA, P. (org.) Les lieux de mémoire. Volume 1 : La République. Paris : Gallimard, 1984, pp. XVII-XLII.

Rio de Janeiro: Fórum de Ciência e Cultura; Sistema de Bibliotecas e Informação, 2008, pp.17-40.

SAID, Edward. **Ocidentalismo. O Ocidente como invenção do Oriente**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SIRE, Marie-Anne. Patrimoine IN DOSSE, François (*et al*). **Historiographies II. Concepts et débats**. Paris : Gallimard, 2010, pp. 821-829.

